

# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Encaminha ao Executivo Municipal o Anteprojeto de Lei que institui a tarifa zero no transporte público do Município de São João da Boa Vista e dá outras providencias

## **REQUERIMENTO Nº 264/2022**

REQUEIRO à Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal, encaminhando ao Executivo Municipal o Anteprojeto de Lei que institui a tarifa zero no transporte público do Município de São João da Boa Vista e dá outras providencias, com o seguinte teor:

### **ANTEPROJETO DE LEI Nº**

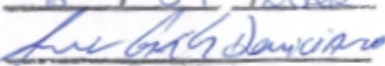
“Institui a tarifa zero no transporte público do Município de São João da Boa Vista e dá outras providencias”

### **A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:**

Art. 1º- Fica instituído, no Município de São João da Boa Vista, a tarifa zero no transporte público do Município.

Art. 2º- O Poder Executivo regulamentará por Decreto, o conteúdo nesta Lei.

**OFICIE – SE**

18 1 24 12 2022  
  
Presidente

# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

Art. 3º- As despesas constantes para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

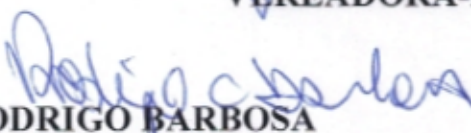
Plenário Dr. Durval Nicolau, 07 de abril de 2.022.

**HELDREIZ MUNIZ**  
**VEREADOR- REDE**

**ALINE LUCHETTA**  
**VEREADORA-REDE**

  
**LUIZ PARAKI**  
**VEREADOR-REDE**

  
**JOCELI MARIOZI**  
**VEREADORA-PL**

  
**RODRIGO BARBOSA**  
**VEREADOR-PSB**

## **JUSTIFICATIVA:-.**

Tal projeto tem por objetivo instituir a tarifa zero no transporte público municipal, de modo que o Poder Público seja o responsável integral pelas despesas dos valores das passagens a serem destinadas aos usuários finais do transporte público coletivo.

Tendo em vista que o transporte coletivo é um serviço essencial e que o direito ao transporte um direito fundamental, nada mais justo que o poder público custar a tarifa dos usuários, de modo a desonerar os munícipes de arcar com os custos dos valores das passagens.

Lembrando que o Tema 917 do STF autoriza o Poder Legislativo a editar proposições que criem despesas para o Poder Executivo, desde que não interfira na estrutura dos

## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

órgãos da administração pública nem criem cargos ou empregos públicos na seara do Executivo.

Sendo assim, apresentamos este Projeto de Lei e contamos com a colaboração da Casa para a sua aprovação em Plenário.